

O efeito do salário mínimo sobre o mercado de trabalho de serviços domésticos no período de 2002 a 2013

Thaís de Souza Soares ¹
Fabíola Cristina Ribeiro de Oliveira ²
Diogo Ferraz ³

Resumo

O objetivo deste trabalho é investigar os fatores determinantes do rendimento do trabalho principal das pessoas ocupadas no segmento de serviços domésticos no Brasil, considerando as características individuais e suas interações no mercado de trabalho. Utilizando-se do método de estatística descritiva, apresentou-se o perfil da população ocupada nesta área de atividade, numa perspectiva evolutiva e regional. A análise de dados foi extraída da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios – PNAD, no período de 2002 a 2013. Por fim, foram ajustados três modelos de regressão múltipla, pelo método de mínimos quadrados ponderados. Observou-se que o salário mínimo se mostra como um importante balizador dos salários dos ocupados nos serviços domésticos no Brasil. Defende-se que política nacional de valorização do salário mínimo deveria ser pensada numa perspectiva mais ampla, contemplando o conjunto de políticas públicas com ligações diretas e indiretas no padrão de vida dos trabalhadores de baixa renda.

Palavras-chave: Mercado de trabalho; Pessoas ocupadas, Serviços domésticos; Salário mínimo; Políticas públicas.

Abstract

The objective of this study is to investigate the determinants of income of the main work of persons employed in the domestic service sector in Brazil, considering the individual characteristics and their interactions in the labor market. Using the descriptive statistical method, presented the profile of the employed population in this area of activity, in an evolutionary and regional perspective. Data analysis was taken from the National Survey by Household Sample – PNAD, from 2002 to 2013. Finally, we set three models of multiple regression by the method of weighted least squares. It was observed that the minimum wage is shown as an important yardstick of wages of employed in domestic service in Brazil. It is argued that minimum wage appreciation of national policy should be considered in a broader perspective, looking at the set of public policies with direct and indirect connections in the standard of living of low-income workers.

Keywords: Labour market; Busy People; Home Services; Minimum wage; Public policy.

JEL J20, J38, C40.

1 Introdução

A história dos serviços domésticos no Brasil mostra que antes da abolição da escravatura, os escravos domésticos eram encarregados das tarefas do lar. Ao longo do século XIX, as famílias além das escravas domésticas podiam contratar mulheres jovens para uma espécie de “ajuda contratada”. Essa se constituía numa fonte adicional de trabalho doméstico e depois da abolição tornou-se a maior fonte de trabalho feminino. A industrialização e a urbanização com a expansão da classe média

(1) Economista. Universidade Metodista de Piracicaba – Unimep. E-mail: thaisousa16@yahoo.com.br.

(2) Doutora em Economia Aplicada pela Esalq/USP. Professora de Economia na Universidade Metodista de Piracicaba – Unimep. E-mail: fbcoliveira@hotmail.com.

(3) Economista. Pesquisador convidado do Departamento de Economia da Inovação da Universität Hohenheim (Stuttgart/Alemanha) / Doutorando em Engenharia de Produção pela Escola de Engenharia de São Carlos (EESC/USP). E-mail: diogo.economia2@gmail.com. Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior devido a bolsa de Doutorado Sanduíche Capes/ Programa 6492 – Doutorado Capes/DAAD/CNPq / Processo n. {88887.161388/2017-00}.

transformaram a chamada “ajuda” em serviços domésticos realizados em troca de casa e comida para a população migrante de mulheres jovens brancas e não brancas nascidas no campo (Melo, 1998a; 1998b).

Desta forma, Melo (1998a) apresenta o serviço doméstico brasileiro como oriunda da senzala, apesar das diversas mudanças gestadas com o fenômeno da industrialização, tais transformações não foram suficientes para que essa atividade deixasse de existir.

O trabalho doméstico não constitui apenas uma relação de compra e venda de força de trabalho, mas também modo de vida, pelo fato de ser visto como uma responsabilidade da mulher. Esse trabalho, enquanto dirigido para as atividades de consumo familiar, é um serviço pessoal e considerado como uma situação natural, pois não tem remuneração e é condicionado por relações afetivas. Quando uma mulher contrata uma terceira para executar essas tarefas, esse trabalho converte-se agora em “serviço doméstico remunerado” (Melo, 1998a; 1998b). O trabalho da empregada doméstica carrega a herança da desvalorização que acompanha suas atividades.

No entanto, nas décadas de 1970 e 1980 as mulheres brasileiras estiveram mais ativas no mercado de trabalho, registrando um crescimento do emprego feminino e do serviço doméstico remunerado, evidenciando dessa forma certa “profissionalização ou mercantilização do posto de trabalho, distinta da antiga” (Melo, 1998b, p. 56).

Para Melo (1998b) a atividade doméstica na sociedade brasileira e latino-americana manteve quantitativamente uma importante posição, contudo no intervalo de tempo de 1985 a 1995 o aumento da taxa de atividade das mulheres brasileiras no mercado de trabalho fez-se com maior diversificação ocupacional, de modo que a mais tradicional e antiga das ocupações femininas (serviço doméstico) perdeu posição. Desta forma, a relativa diversificação na ocupação das mulheres ainda não representava uma mudança estrutural significativa, pois o serviço doméstico ainda era a ocupação principal das brasileiras em meados dos anos de 1990.

Os anos de 1990 para Melo (1998b) também consagraram uma novidade com relação à inserção da mulher no mercado de trabalho: houve uma queda na taxa de atividade das mulheres mais jovens e uma forte e constante expansão nas faixas etárias mais altas, perfil mais assemelhado com o perfil masculino.

Melo (1998a) afirma que o serviço doméstico remunerado desempenha um papel relevante na absorção de pessoas do sexo feminino, sem experiência profissional e de baixa escolaridade, sendo essa atividade a porta de entrada para o mercado de trabalho urbano para as migrantes rurais-urbanas. Essas mulheres sujeitaram-se a trabalhos em casa de família como forma de obter o básico para sobreviverem. A análise do mercado de serviços domésticos deve, portanto, considerar historicamente o peso que este exerce sobre o mercado de trabalho remunerado feminino no país, embora haja a presença das pessoas do sexo masculino neste mercado.

Por outro lado, no período mais atual a literatura tem discutido a importância da política de valorização do salário mínimo sobre o mercado de trabalho composto pela mão de obra não qualificada [Mello e Corrêa (2001); Dedecca (2005); Dedecca et al., 2008; Izepão e Mesquita (2010); Jungbluth e Souen, 2010; dentre muitos outros]. No Brasil, o salário mínimo foi instituído em maio de 1940 dividido em 14 níveis salariais diferentes, até sua unificação em 1984 (Dieese, 2006, p. 6).

Desde sua institucionalização, a política do salário mínimo no Brasil passou por diferentes fases. A primeira, que vai de 1936 a 1952 ocorreram as primeiras formas de institucionalização. De 1952 a 1964, período em que o valor desse salário registrou o mais alto poder aquisitivo, desde 1940, em virtude da política econômica desenvolvimentista que fortaleceu o mercado interno, sendo reconhecida pelo governo como um fator importante para evitar maior desigualdade social. Na terceira fase, a política de salário mínimo no país passa a ser usada como instrumento de combate à inflação. Recentemente, com o envolvimento das Centrais Sindicais na luta e defesa de valorização deste piso (Dedecca et al., 2008), foi possível firmar um acordo, em 2007, uma política permanente de valorização até 2023. No período de 2002 a 2013, o salário mínimo teve um aumento real de mais 67%. Há vários trabalhos que apontam o salário mínimo como um importante indexador no mercado de trabalho de mão de obra com baixo nível de escolaridade, como é o caso dos empregados em certas atividades da agropecuária (Oliveira; Hoffmann, 2011).

O problema de pesquisa deste artigo é mensurar o efeito do salário mínimo sobre a remuneração das pessoas ocupadas no serviço doméstico. Sendo assim, a hipótese básica é que o salário mínimo afetou positivamente o rendimento destes trabalhadores. Sendo assim, o objetivo deste trabalho é investigar os fatores determinantes do rendimento do trabalho principal das pessoas ocupadas no segmento de serviços domésticos no Brasil, considerando as características individuais e suas interações no mercado de trabalho. Para atender este objetivo, discorreu-se sobre a evolução do perfil socioeconômico e demográfico das pessoas ocupadas no segmento de serviços domésticos no país, numa perspectiva evolutiva e regional, além das estimativas apresentadas pelos modelos econométricos.

Cerca de 6,4 milhões de pessoas possuem como fonte principal de rendimento o serviço doméstico. Isto demonstra a importância deste tema para a economia brasileira. A maior parte dos trabalhadores domésticos recebem menores salários, são mulheres acima dos 30 anos de idade e possuem nível de escolaridade inferior a outros setores, como a Indústria e o Comércio. Devido a estas características, o deslocamento para outros setores se torna mais difícil. Neste aspecto, a política de valorização do salário mínimo influi sobre a remuneração média dos trabalhadores domésticos, enfatizando seu papel como balizador das remunerações dos ocupados desse segmento do mercado de trabalho brasileiro.

2 O que se entende como trabalho doméstico

De acordo com Morais (2006), a precariedade de informações sobre o funcionamento dos serviços e os problemas teóricos e metodológicos encontrados marca a análise do setor de serviços no Brasil. Mesmo após avanços alcançados através de levantamentos como a Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio (PNAD), ainda não há um consenso sobre o que deve ser considerado como atividades prestadas às pessoas e às famílias.

Meirelles (2005) salienta a complexidade de se trabalhar com o setor de serviços na medida em propõe uma forma de classificação ampla dos serviços em que é possível identificá-los ao longo dos processos econômicos em geral. A mencionada autora classifica o setor de serviços em três tipos, conforme mostra o Quadro 1.

Quadro 1
Classificação do setor de serviços nos processos econômicos

Processo econômico	Tipo de serviço	Exemplos
Trabalho puro	Serviço puro Consiste em realizar um trabalho único e exclusivo. O resultado do processo de trabalho é o próprio trabalho, não há necessariamente um produto resultante.	- Serviços domésticos - Serviços de lazer e entretenimento - Serviços de consultoria - Serviços de assistência técnica - Serviços de saúde e educação - Serviços de pesquisa, etc
Processo de transformação	Serviço de transformação Consiste em realizar do trabalho necessário à transformação de insumos e matérias-primas em novos produtos.	-Serviços de alimentação - Serviços decorrentes da terceirização de etapas do processo de transformação
Processo de troca e circulação	Serviço de troca e circulação Consiste em realizar do trabalho de troca e circulação, seja de pessoas, bens (tangíveis ou intangíveis), moeda, etc.	- Serviços bancários - Serviços comerciais -Serviços de armazenamento e transporte -Serviços de comunicação

Fonte: Meirelles (2005, p. 9).

Note-se que os serviços puros consistem em realizar um trabalho único e exclusivo, em que o resultado do processo de trabalho é o próprio trabalho, como por exemplo, os serviços domésticos, que é o segmento que será utilizado neste trabalho. Os serviços de transformação estão associados à realização do trabalho necessário à transformação de insumos e matérias-primas em novos produtos. E os serviços de troca e circulação estão relacionados com o trabalho de troca e circulação de pessoas, de bens (tangíveis ou intangíveis), ou de moedas.

Por conseguinte, Morais (2006) destaca a “dualidade” dos serviços, uma vez que contemplam os serviços domésticos remunerados, que se referem às atividades mais tradicionais, e também serviços relacionados ao lazer, ao conforto, e à manutenção física e estética de famílias que possuem melhores condições financeiras, que são os serviços mais “modernos”. Para o mencionado autor, as dificuldades conceituais e teóricas e de classificação e mensuração das atividades do setor de serviços como um todo, intensificam-se quando se analisa o segmento dos serviços pessoais e domiciliares.

Contudo, o problema do segmento de serviços domésticos ainda tem muitos problemas, já os serviços atribuídos como “serviços de baixa qualificação”, são apontados por Morais (2006) como processos de trabalhos que não recebem muita atenção a ponto de faltar arcabouço teórico que oriente a coleta. No entanto, estudos sobre esses serviços não podem ser deixados de lado, uma vez que são importantes meios de geração de emprego e renda no Brasil.

Além disso, as mudanças impostas pela industrialização e urbanização brasileira levaram a outros “modelos de vida” e segundo Morais (2006) configuraram a entrada da mulher no mercado de trabalho. A profissionalização da mulher no mercado de trabalho levou a transformações nas relações sociais e em mudanças na configuração da vida familiar, que por sua vez, despertou necessidades, como assistência ao idoso e às crianças, restaurantes e etc., além dos tradicionais serviços domésticos.

Por conseguinte, a definição de emprego doméstico, de acordo com o artigo do Decreto Lei 71.885 de 09 de março de 1973, considera que: “emprego doméstico é aquele que presta serviço de natureza contínua e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas”.

De acordo com Bernardino-Costa (2007) essa definição não é consensual, existindo a divergência em saber se a diarista pode ser ou não enquadrada como empregada doméstica. Ele ainda atribui que essa divergência deve-se a interpretação do termo “natureza contínua”, pois alguns advogados patronais, assim como as instâncias do país, têm entendido que as diaristas não realizam um serviço de natureza contínua.

Ainda segundo o autor a definição jurídica do emprego doméstico, diferencia-se daquela atribuída pelos órgãos de pesquisa no país, que consideram tanto a trabalhadora doméstica mensalista quanto a diarista como trabalhadores domésticos.

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – Dieese (2006) na Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED classifica o emprego doméstico como:

os indivíduos que trabalham em casa de família, contratados para realizar serviços domésticos, inclusive jardinagem, segurança, condução de veículos. Tanto podem ser mensalistas, diaristas ou receber só em espécie ou em benefícios. O primeiro caso refere-se ao empregado que recebe salário mensal; o segundo, à pessoa que trabalha em casa de uma ou mais famílias recebendo remuneração por dia; o último agrega o indivíduo que realiza trabalhos domésticos em casa de uma família e tem como pagamento por seus serviços apenas alimentação, alojamento, vestimenta ou outro tipo de remuneração em espécie ou benefício (Dieese, 2006, p. 15).

Essa definição assemelha-se a utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, uma vez que esse órgão considera o trabalhador doméstico a pessoa que trabalha prestando serviço doméstico remunerado para uma ou mais unidades domiciliares. Trata-se do empregado doméstico propriamente dito, que executa qualquer tarefa no domicílio, além de outras categorias tais como faxineiro, arrumador, lavador de roupa, passadeira e diarista no serviço doméstico, entre outros. Pode ter ou não carteira assinada.

3 Método

Neste trabalho, na primeira etapa, foi usado como base de dados os microdados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD)⁴ de 2002 a 2013, com o intuito de se observar a trajetória da remuneração média das pessoas ocupadas no segmento de serviços domésticos no Brasil comparativamente com o aumento real no salário mínimo. Justifica-se a escolha deste período tendo em vista o desenvolvimento da Política de Valorização do Salário Mínimo durante este período. Os

(4) A PNAD é uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE, compreendendo o mais completo e abrangente levantamento nacional, utilizando-se das características socioeconômicas das famílias e das pessoas, além do detalhamento da escolaridade por anos de estudos e rendimentos individuais, dentre muitas outras características pessoais e domiciliares. Esse sistema de pesquisas domiciliares, implantado progressivamente no Brasil a partir de 1967, permite a produção de informações para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do país. Desde 1971 tem periodicidade anual, sendo interrompida apenas por ocasião dos censos demográficos dos anos 1970, 1980, 1991 e 2000. No biênio 1974-1975, o IBGE participou de uma pesquisa especial, denominada Estudo Nacional da Despesa Familiar – ENDEF e, durante a sua realização, o levantamento básico da PNAD foi interrompido. Em 1994, por razões excepcionais, a PNAD também não foi realizada (IBGE, 2013, p. 18).

dados estatísticos foram apresentados conforme os métodos da estatística descritiva, envolvendo análise exploratória de dados.

O público alvo serão todas as pessoas cuja ocupação principal ocorre no segmento de serviços domésticos. Note-se que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2013) considera o trabalhador doméstico a pessoa que trabalha prestando serviço doméstico remunerado para uma ou mais unidades domiciliares. Trata-se do empregado doméstico propriamente dito, que executa qualquer tarefa no domicílio, além de outras categorias tais como faxineiro, arrumador, lavador de roupa, passadeira e diarista no serviço doméstico, entre outros⁵. Pode ter ou não carteira assinada.

As variáveis socioeconômicas e demográficas selecionadas neste estudo foram: – Unidade da Federação (UF). Neste caso, optou-se por agrupar as informações estaduais conforme as 5 grandes regiões geográficas do país e um estado: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul, Sudeste (exceto São Paulo) e São Paulo, analisado separadamente.

- Sexo (V0302)
- Idade, medida em anos (V8005)
- Posição na ocupação no trabalho da semana de referência (V4706)
- Tinha carteira de trabalho assinada no trabalho principal da semana de referência (exclusive militar ou funcionário público) – (V9042)
- Anos de estudo (V4703)
- Localização do domicílio, rural ou urbano (V4728)
- Rendimento mensal do trabalho principal, que a pessoa ocupada recebia normalmente no mês de referência no(s) trabalho(s) da semana de referência (V4718).

Cabe destacar que todos os cálculos e análises estatísticas pertinentes foram obtidos com apoio do *Statistical Analysis System* – SAS e os recursos da planilha Excel, levando-se em conta sempre a última versão disponível⁶ para os fatores de expansão associados a cada observação da amostra, fornecidos pelo IBGE.

Note-se que, para tornar comparável a variável (V4718), correspondente ao rendimento mensal dos ocupados em diferentes anos, eles serão expressos em Reais de setembro de 2013, utilizando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC como deflator (ou melhor, inflator). A escolha deste deflator deve-se ao fato de ele ser de um índice de custo de vida com grande abrangência geográfica.

Como a PNAD registra o rendimento no mês de setembro e parte relevante da população recebe o pagamento no início de outubro, conforme proposto por Corseuil e Foguel (2002), o índice apropriado é obtido calculando a média geométrica entre os valores do INPC de setembro e outubro. A Tabela 1 mostra os valores do INPC com essas correções para os meses de setembro de 2002 a 2013, com base em setembro de 2013.

(5) Para mais detalhes ver Anexo A.

(6) Para usar as PNAD de 2002 a 2013 usaram-se os fatores de expansão divulgados na PNAD de 2013, os quais foram corrigidos com base nas estimativas de população para o cálculo dos pesos para a expansão da amostra das PNADS 2001 a 2012, reponderados com base na projeção de população do Brasil e das unidades da federação, realizada em 2013.

Tabela 1
Valores do INPC utilizados para o cálculo dos inflatores aplicados nos rendimentos na PNAD

Ano	Inflação
2002	2,08096
2003	1,78885
2004	1,64693
2005	1,55577
2006	1,48383
2007	1,44165
2008	1,23187
2009	1,28561
2011	1,15638
2012	1,09476
2013	1,02669

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2013) – índice de preços.

Observa-se na Tabela 1 que os valores do INPC decresceram durante o período analisado, passando de 2,08096 em 2002 para 1,02669 em 2013. Sendo assim, verifica-se menor impacto da inflação sobre os preços, o que influencia o poder de compra dos indivíduos.

Na segunda etapa, foram estimados modelos econométricos. Estes modelos referem-se às pessoas ocupadas nos serviços domésticos com informação de valor do rendimento do trabalho principal positivo, excluindo os indígenas⁷ e as pessoas sem informação de idade, escolaridade, posição na ocupação⁸, cor ou condição na família. São excluídas também as pessoas cujo tempo semanal de trabalho na ocupação principal não foi informado ou foi menor do que 15 horas⁹.

As equações de rendimento para pessoas ocupadas no segmento de serviços domésticos serão ajustadas pelo método de mínimos quadrados ponderados, tendo por base o trabalho de Oliveira e Hoffmann (2011) e usando o fator de expansão¹⁰ associado a cada pessoa da amostra.

O logaritmo neperiano (Y) do rendimento principal das pessoas ocupadas ou empregadas será a variável dependente. Desta forma, o modelo geral de regressão utilizado é:

$$Y_j = \alpha + \sum_i \beta_i X_{ij} + u_j$$

(7) De acordo com Oliveira e Hoffmann (2011), os indígenas são excluídos das análises econométricas por não possuírem informações suficientes e devido ao tamanho da amostra, o que prejudicaria os testes estatísticos.

(8) Neste capítulo, foram utilizadas apenas 2 categorias de ocupação: empregado com carteira e empregado sem carteira.

(9) Procurando estabelecer um número mínimo semanal de horas trabalhadas de forma a representar ao menos uma ocupação em turno parcial.

(10) Este trabalho utilizou como fator de expansão das pessoas os pesos publicados na PNAD 2013.

onde α e β_i são parâmetros de u_j é o erro aleatório, heterocedástico, que representa os efeitos de todas as variáveis que não foram consideradas no modelo, obedecendo as propriedades estatísticas usuais.

As variáveis explanatórias consideradas nos três modelos ajustados serão as seguintes:

a) Uma variável binária para sexo, que assume valor 0 para pessoas do sexo feminino e 1 para pessoas do sexo masculino.

b) A idade da pessoa, medida em dezenas de anos.

c) O quadrado da variável idade (Idade^2), tendo em vista que a renda não varia linearmente com a idade (Mincer, 1974). Se os parâmetros para idade e idade ao quadrado forem indicados por 1 e 2, respectivamente, deve-se ter $1 > 0$ e $2 < 0$ então o valor esperado de Y (e do rendimento) será máximo quando a idade do indivíduo corresponde a $-\theta_1 / (2\theta_2)$. Destaca-se que a idade e a idade ao quadro são proxies da experiência dos trabalhadores.

d) A escolaridade, em que serão usados os anos de estudo do indivíduo.

e) O logaritmo do número de horas de trabalho por semana. O coeficiente dessa variável será a elasticidade do rendimento em relação ao tempo semanal de trabalho.

f) Também será utilizada uma variável binária para distinguir empregados com carteiras (base) em relação aos empregados sem carteira.

g) Duas binárias para distinguir a cor da pessoa: branca (base), preta ou parda e amarela.

h) Cinco binárias para distinguir as regiões: Norte, Nordeste (base), Sul, Sudeste sem São Paulo, Centro-Oeste e o estado de São Paulo.

i) Uma variável binária para distinguir o domicílio: urbano (base) e rural.

j) Uma binária para distinguir a condição do indivíduo na família: pessoa de referência versus uma categoria de base que inclui todas as demais condições (cônjuge, filho, outro parente, agregado e pensionista).

k) Uma variável para distinguir a posição na ocupação dividida em empregados sem carteira e empregados com carteira (base).

l) Para avaliar o efeito da política de valorização do salário mínimo sobre os rendimentos dos trabalhadores domésticos será estimado um modelo de regressão (modelo 1), agrupando os anos de 2002 a 2013, utilizando o valor real do salário mínimo, como uma variável explanatória.

m) No modelo 1 será incluída uma variável binária para captar o efeito da interação entre o salário mínimo e a posição na ocupação (empregado com carteira e sem carteira);

n) No segundo modelo, ao invés do salário mínimo serão incluídas 10 variáveis binárias para distinguir os 11 anos investigados, tendo o ano de 2002 como base.

o) No modelo 3, a variável anos receberá outro tratamento, já que será estimada uma equação que considerará a relação entre a trajetória temporal e o rendimento como uma função em forma de poligonal, para captar o aumento da taxa de retorno a partir da nova lei das domésticas a

partir de 2013. Sendo assim, nesse modelo, inclui-se a variável $ANO = Z_j(ANO_j - \delta)$, em que δ é a abscissa do vértice, ou seja, é o ano a partir do qual a taxa de retorno torna-se maior, e Z_j é uma variável binária tal que:

$$Z_j = 0 \text{ para } Ano_j \leq \delta$$

e

$$Z_j = 1 \text{ para } Ano_j > \delta$$

Tendo em vista as variáveis apresentadas anteriormente, três modelos econométricos foram estimados mensurar os fatores determinantes do rendimento do trabalho principal das pessoas ocupadas no segmento de serviços domésticos no Brasil. A próxima seção discute os resultados apresentados.

4 Resultados e discussão

4.1 Breve perfil das pessoas ocupadas no segmento de serviços domésticos

A Tabela 2 mostra a evolução do número de pessoas ocupadas no segmento de serviços domésticos no país. Entre 2002 e 2013 o número de ocupados teve um aumento de 345 mil pessoas. Nas regiões Sudeste (exceto São Paulo) e Sul houve redução de cerca de 53 mil e de 57 mil pessoas ocupadas, respectivamente, nesse segmento de atividade no mesmo período. É possível notar que em 2013 quase a metade (47%) da mão de obra desse segmento estava concentrada na região Sudeste (considerando São Paulo, o total de ocupados seria de 3.029.577).

Tabela 2
Empregados no segmento de serviços domésticos.
Brasil, grandes regiões e estado de São Paulo, 2002 a 2013

Anos	Brasil	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste (exceto SP)	Sul	São Paulo
2002	6.099.521	347.287	1.371.508	523.919	1.526.770	898.094	1.431.943
2003	6.127.333	364.692	1.336.240	538.437	1.573.441	858.298	1.456.225
2004	6.458.528	440.375	1.450.109	595.359	1.607.090	868.568	1.497.027
2005	6.631.416	478.582	1.512.121	581.854	1.584.700	886.722	1.587.437
2006	6.740.351	441.765	1.580.277	585.069	1.593.028	893.955	1.646.257
2007	6.665.395	451.770	1.611.653	591.118	1.559.934	915.955	1.534.965
2008	6.642.437	442.793	1.605.200	579.889	1.521.915	927.268	1.565.372
2009	7.242.162	494.101	1.740.547	644.403	1.697.883	992.363	1.672.865
2011	6.703.802	447.098	1.553.602	579.769	1.604.183	922.411	1.596.739
2012	6.471.458	435.879	1.548.325	539.278	1.566.663	889.892	1.491.421
2013	6.444.938	430.967	1.588.524	554.486	1.473.467	841.384	1.556.110

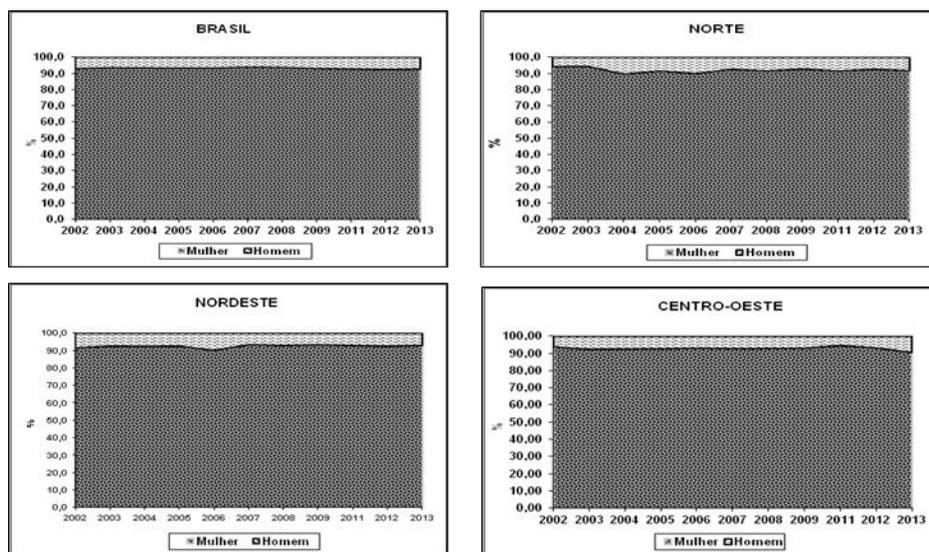
Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados da PNAD (2002-2013).

A categoria de trabalhadores domésticos é essencialmente feminina, pois mais de 90% dos seus trabalhadores são mulheres. Do ponto de vista regional, observa-se que na região do Norte a proporção de mulheres empregadas nos serviços domésticos se manteve estável até 2003 (por volta de 94%), e que nos anos 2004 e 2006 houve um ligeiro crescimento da participação masculina, representando algo em torno de 10%.

No estado de São Paulo, entre os anos de 2009 a 2013, é possível verificar que a participação das mulheres nos serviços domésticos apresentou leve redução, uma vez que se em 2008 representava 95%, em 2012 caiu para 92%. Já nas regiões Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste (exceto São Paulo) a proporção de mulheres manteve-se praticamente estável, apresentando apenas pequenos desvios em alguns anos. No Nordeste, no ano de 2006, a participação dos homens cresceu 1,33% em relação ao ano anterior, apresentando-se como o crescimento mais significativo nos anos analisados. No Centro-Oeste, o ano de 2013 foi o que apresentou a menor proporção de mulheres ocupadas nos serviços domésticos, quando comparado aos anos anteriores, representando, portanto, 90% conforme ilustra o Gráfico 1.

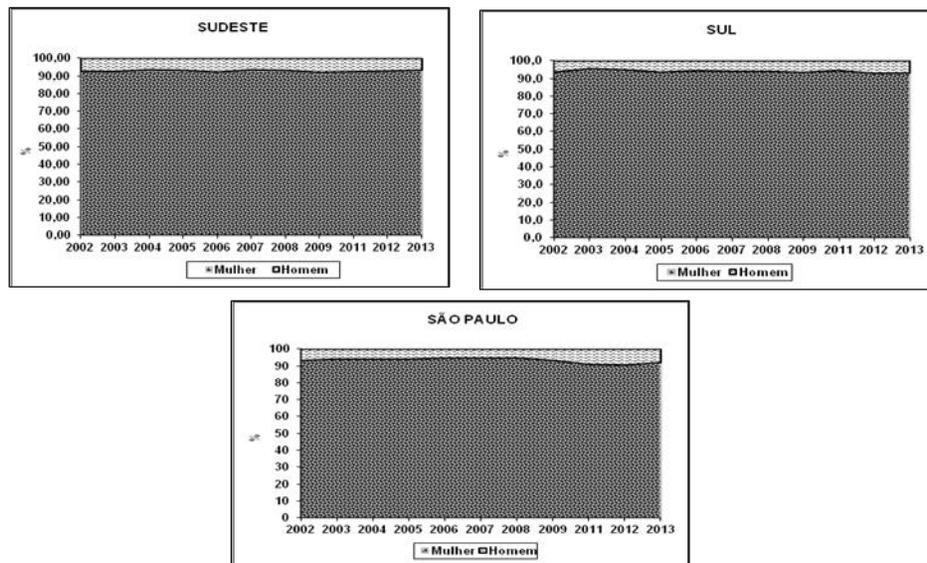
Pelos dados da PNAD, considerando-se as pessoas ocupadas nos serviços domésticos, é possível verificar que entre 2002 e 2013 há uma elevação da idade média da mão de obra, o que pode estar associado à redução das pessoas mais jovens nesse tipo de ocupação (Gráfico 2). No Norte, vale destacar que, em 2002, os trabalhadores domésticos tinham, em média, 30 anos de idade e ao longo de seis anos as mudanças não foram significativas, e apenas em 2009 avança para os 34 anos e em 2013 para 36 anos. Apesar disso, é a região com a menor idade média, o que pode estar associado ao baixo nível de escolaridade da mão de obra nesta região do país.

Gráfico 1
Evolução da proporção de mulheres e homens ocupados nos serviços domésticos.
Brasil, grandes regiões e estado de São Paulo, 2002-2013



Continua...

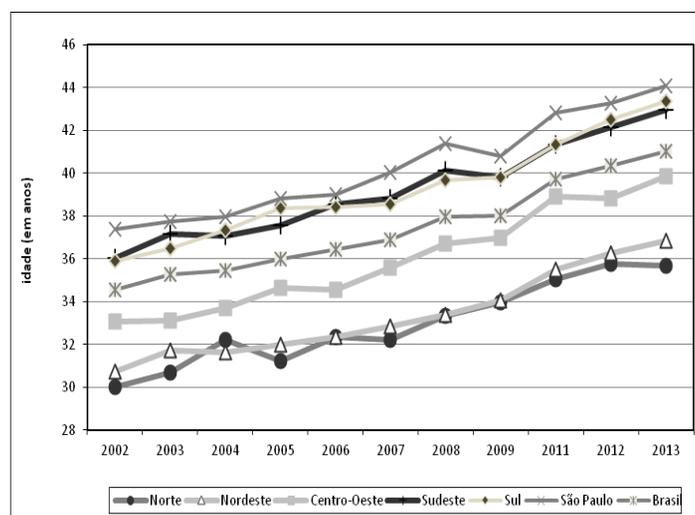
Gráfico 1 – Continuação



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da PNAD (2002-2013).

Gráfico 2

Evolução da idade média das pessoas ocupadas nos serviços domésticos.
Brasil, grandes regiões e estado de São Paulo, 2002-2013



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da PNAD (2002-2013)

Nas regiões Nordeste e Centro-Oeste a situação não se diferenciou muito, pois em 2013 a idade média desses trabalhadores era de 37 e 40 anos, respectivamente. No Sul e Sudeste a idade média dos trabalhadores manteve-se praticamente iguais, com média de 39 anos em 2007 e 43 anos em 2013. Em São Paulo também é possível observar o envelhecimento dessa categoria, já que a idade média, em 2002, era de 37 anos, passando em 2008 para 40 anos e em 2013 para 44 anos. Desta forma, grande parte dos postos de trabalhos domésticos está sendo ocupados por homens e mulheres

mais velhos (as), significando que as pessoas mais jovens estão encontrando outras portas de entrada no mercado de trabalho, em virtude da elevação do nível de escolaridade.

Note-se que Melo (1998a) também mostrou em seu trabalho o envelhecimento das pessoas ocupadas no serviço doméstico, além de considerar a importância do serviço doméstico para as mulheres em termos de oportunidade de entrada no mercado de trabalho urbano, uma vez que estas representam a maioria ocupada nessas atividades.

Nos anos 1990, Melo (1998a) sinalizava que o mercado de serviços domésticos como possuía uma mão de obra com baixíssimo nível de escolaridade, o que incluía a maior taxa de analfabetismo. Pelo que se verificou a situação não foi muito diferente no período de 2002 a 2013. Nesse intervalo de tempo verifica-se que os trabalhadores domésticos no Brasil possuíam, em média, cerca de 6 anos de escolaridade (Tabela 3).

Tabela 3
Escolaridade média das pessoas ocupadas nos serviços domésticos.
Brasil, grandes regiões e estado de São Paulo, 2002-2013

Ano	Brasil	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste (exceto SP)	Sul	São Paulo
2002	5,06	5,43	4,56	5,04	5,13	5,32	5,24
2003	5,23	5,60	4,67	5,31	5,22	5,51	5,48
2004	5,45	5,66	4,98	5,58	5,48	5,53	5,73
2005	5,54	5,70	5,21	5,53	5,55	5,61	5,77
2006	5,67	5,82	5,32	5,86	5,58	5,73	5,94
2007	5,75	5,91	5,46	5,91	5,70	5,72	6,03
2008	5,88	6,10	5,77	5,92	5,65	5,91	6,10
2009	6,07	6,23	5,71	6,11	5,85	6,28	6,48
2011	6,19	6,25	5,87	6,28	6,12	6,28	6,46
2012	6,37	6,54	6,04	6,58	6,40	6,37	6,57
2013	6,52	6,86	6,21	6,54	6,34	6,70	6,81

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados da PNAD (2002-2013).

Os trabalhadores da região Nordeste foram os que apresentaram a menor escolaridade média, quando considerado diferentes anos, como por exemplo, os anos de 2002 (4,6), de 2003 (4,7), de 2004 (5,0) e de 2013 (6,2). Comparando os dois extremos da série, 2002 e 2013, observa-se que houve um aumento de 1,7 anos médios de estudo. As pessoas ocupadas nas regiões Norte, Centro-Oeste, Sudeste, Sul e São Paulo possuem uma média de anos de escolaridade um pouco superior a região do nordeste, mas cabe destacar que em todas o nível médio de escolaridade apresentam evoluções muito parecidas ao longo dos anos, ou seja com incrementos não superiores a 1,6 anos. A baixa escolaridade, a falta de qualificação profissional e a pobreza conforme aponta o Dieese (2013) faz com que uma das principais formas de inserção no mercado de trabalho seja o serviço doméstico.

4.2 O salário mínimo e a renda média dos ocupados nos serviços domésticos

A criação do salário mínimo, ao longo da história do capitalismo, segundo Mello e Corrêa (2001) é fruto da luta dos trabalhadores e da intervenção do Estado nas economias de mercado. O

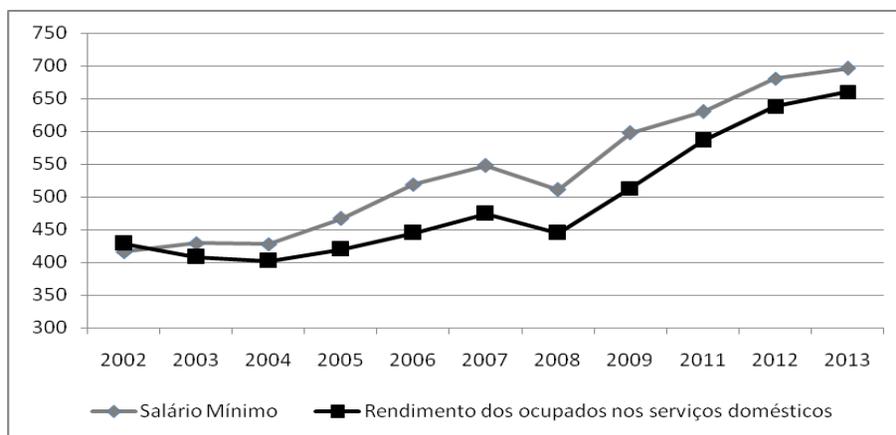
trabalho do DIEESE (2004) mostra que desde que o salário mínimo foi instituído ele passou por fases diferentes, obtendo aumento e perdendo valores em termos reais.

Dedecca et al. (2008) chamam atenção para o fato que, desde o final dos anos 1990, o salário mínimo vem ganhando destaque na agenda das decisões políticas do Brasil, graças às centrais sindicais que têm se envolvido mais com a questão. Mas foi no governo de Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010) que a política de valorização do salário mínimo ganhou contornos mais estáveis. Como resultado das negociações sindicais, foi acordado, em 2007, uma política permanente de valorização do salário mínimo até 2023. Essa política tem como critérios o repasse da inflação do período entre as correções, o aumento real pela variação do PIB (com defasagem de dois anos), além da antecipação da data-base de revisão – a cada ano – até ser fixada em janeiro, o que aconteceu em 2010. Nesse sentido, a política prevê que, em janeiro de 2014, o reajuste reponha a inflação segundo o INPC do período mais a variação do PIB de 2012 (Dieese, 2012, p. 2).

O Gráfico 3 mostra que a evolução do rendimento real médio do trabalho principal dos ocupados nos serviços domésticos é menor do que a do salário mínimo real, no período de 2002 a 2013, mas as duas variáveis seguem uma trajetória muito semelhante. Isso deixa mostras de que o salário mínimo tem atuado como uma espécie de guia aos salários do mercado de trabalho de mão de obra não qualificada. Além disso, constata-se forte correlação positiva (0,96) entre o salário mínimo real e o rendimento real médio do trabalho principal dos ocupados domésticos. É importante lembrar que, o número de pessoas ocupadas no segmento de serviços domésticos no país teve um aumento de 345 mil pessoas, passando de 6,1 milhões para 6,4 milhões de pessoas, no período de 2002 a 2013.

Gráfico 3

Evolução do salário mínimo real e do rendimento real médio¹ das pessoas ocupadas nos serviços domésticos. Brasil, 2002-2013



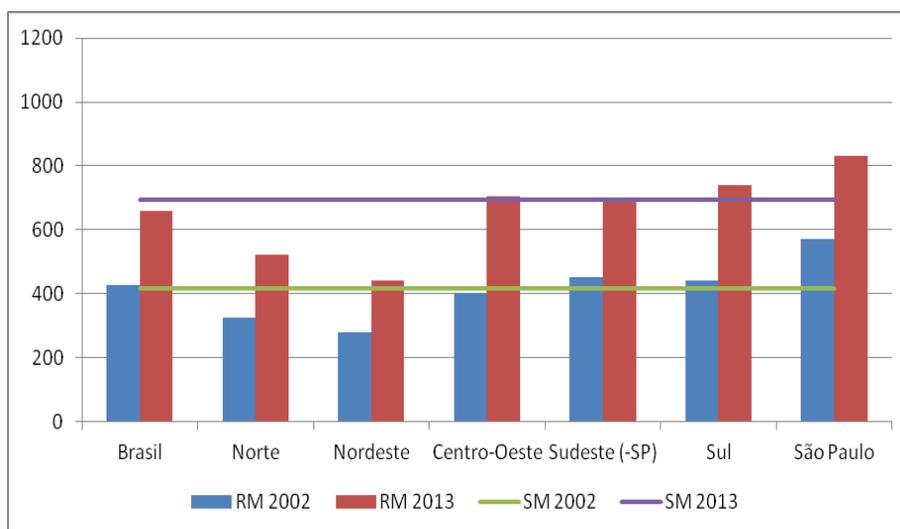
⁽¹⁾ Os valores monetários estão expressos em reais de setembro de 2013.

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da PNAD (2002-2013).

Do ponto de vista regional, verifica-se que no ano de 2002, os ocupados no segmento de serviços domésticos nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste tinham uma renda média do trabalho principal inferior ao salário mínimo, considerado em termos reais (Gráfico 4). Em 2013, os ocupados nordestinos e os da região Norte continuam tendo uma remuneração média inferior o piso nacional.

Gráfico 4

Evolução do salário mínimo real e do rendimento real médio¹ das pessoas ocupadas nos serviços domésticos. Brasil, grandes regiões e estado de São Paulo, 2002 e 2013



⁽¹⁾ Os valores monetários estão expressos em reais de setembro de 2013.

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da PNAD (2002 e 2013).

Note-se que, a política de salário mínimo, segundo Jungbluth (2010), pode ser vista como a intervenção estatal sobre o piso legal do mercado de trabalho com ampla possibilidade de interferir no comportamento das remunerações mais baixas, mesmo se tratando de um contexto de desemprego ponderável. O salário mínimo possui a função de proteger a remuneração dos trabalhadores de mais baixa qualificação e mais expostos à situação de desemprego. Estes trabalhadores possuem baixo poder aquisitivo, necessitando ter sua remuneração mínima protegida por uma política pública.

Pochmann (2005), por outro lado, deixa claro que é necessário que uma efetiva política nacional de valorização do salário mínimo seja defendida, e que esta não deveria se restringir apenas à questão do seu ajuste e de seus impactos sobre o poder de compra, na estrutura de remunerações do setor privado e na evolução das contas públicas. Para ele, a política nacional de valorização do salário mínimo deveria contemplar um conjunto de políticas públicas com ligações diretas e indiretas no padrão de vida dos trabalhadores de baixa renda, o que deveria envolver ações voltadas para o abastecimento alimentar, para o controle e diferenciação dos preços dos produtos industriais de consumo popular, para as condições de crédito e de financiamento à moradia, para a incidência de tributos e para a oferta de serviços públicos compatíveis com a elevação da renda dos trabalhadores de baixa renda (saúde, educação, transporte, entre outros). A questão fundamental é coordenar distintas áreas de políticas públicas que também constituem garantias de evolução real efetiva e progressiva da renda dos trabalhadores brasileiros e não apenas elevar o valor do salário mínimo.

4.3 Resultados dos modelos econométricos

A Tabela 4 registra os coeficientes das três equações de regressão ajustadas com a amostra das pessoas ocupadas no segmento de serviços domésticos. Trata-se de três modelos que diferem apenas na maneira de captar os efeitos institucionais, já que: i) no modelo 1, foi usado o salário mínimo real (deflacionado conforme mostrado no capítulo anterior) e sua interação com a posição na ocupação (empregado com carteira); ii) no modelo seguinte são utilizadas 11 variáveis binárias para

distinguir 12 períodos de tempo; iii) e no modelo 3 considera-se uma relação entre o logaritmo do rendimento e o período de tempo em forma de poligonal, cujo vértice tem abscissa Ano=13.

Nessa Tabela 4 também é possível observar, no caso das variáveis binárias, o valor da diferença percentual¹¹ entre o rendimento esperado de uma dada categoria e o rendimento esperado da categoria base, depois de descontados os efeitos das demais variáveis explanatórias incluídas na regressão. E também informa os valores de F e do coeficiente de determinação (R^2) para cada equação ajustada. É importante registrar que praticamente todos os coeficientes são estatisticamente diferentes de zero ao nível de significância de 5%.

Destaca-se que o mercado de trabalho conforme destacado por Corrêa (1998) revela desigualdade quando a desigualdade de rendimentos advém da heterogeneidade dos trabalhadores relativos a atributos produtivos (educação e experiência). No entanto, o mercado de trabalho produz desigualdade na medida em que trabalhadores com produtividades iguais são remunerados distintamente devido a atributos não produtivos, por exemplo, cor da pele e sexo.

Tabela 4
Equações de rendimentos para as pessoas ocupadas no segmento de serviços domésticos, agregando dados das PNADs de 2002 a 2013

Variável	Modelo 1		Modelo 2		Modelo 3	
	Coefficiente	Dif. %	Coefficiente	Dif. %	Coefficiente	Dif. %
Constante	1,8028		2,4986		-18,9740	
Pessoa do sexo masculino	0,2576	29,38 *	0,2563	29,22 *	0,2592	29,59
Idade						
Idade/ 10	0,5877	*	0,5907	*	0,6182	
(Idade/ 10) ²	-0,0600	*	0,0603	*	-0,0617	
Anos de escolaridade	0,0253	2,56 *	0,0256	2,59 *	0,0308	3,13
Log (horas trab. / semana)	0,4476		0,4457		0,4228	
Cor						
Preta ou Parda	-0,0222	-2,20 *	-0,0214	-2,12 *	-0,0104	-1,03
Amarela	0,0413	4,21 ***	0,0457	4,68 ***	0,0551	5,66
Pessoa de referência	0,0262	2,66 *	0,0268	2,71 *	0,0318	3,23
Domicílio Rural	-0,1601	-14,79 *	-0,1580	-14,61 *	-0,1504	-13,9
Região (base: Nordeste)						
Norte	0,2669	30,59 *	0,2675	30,66 *	0,2645	30,27
Sudeste (excl. SP)	0,3777	45,90 *	0,3761	45,65 *	0,3608	43,45
São Paulo	0,5463	72,69 *	0,5457	72,59 *	0,5290	69,73
Sul	0,4491	56,70 *	0,4479	56,50 *	0,4342	54,38
Centro-Oeste	0,4172	51,77 *	0,4167	51,69 *	0,4065	50,16
Emp. com carteira	0,3820	46,51 *	0,3318	39,35 *	0,3394	40,40
SMR/100	0,1466	15,79 *	-	-	-	-
(SMR/100)*(empregado sem carteira)	-0,0092	-0,92 *	-	-	-	-
Ano						
2003	-	-	-0,0553	-5,38 *	-	-
2004	-	-	0,0660	-6,39 *	-	-
2005	-	-	-0,0195	-1,93 *	-	-
2006	-	-	0,0223	2,25 *	-	-
2007	-	-	0,0795	8,27 *	-	-
2008	-	-	0,0126	1,27 **	-	-
2009	-	-	0,1474	15,88 *	-	-
2011	-	-	0,2464	27,93 *	-	-
2012	-	-	0,3280	38,82 *	-	-
2013	-	-	0,3430	40,92 *	-	-
Ano <=2012	-	-	-	-	0,0107	1,076 ⁽¹⁾
Ano > 2013	-	-	-	-	0,0001	1,087 ⁽¹⁾
R^2	0,481		0,484		0,460	
Teste F	7.273,87*		5.000,06*		6.673,33*	
N	136.079		136.079		136.079	

Nota: - Não se aplica dado numérico, pois neste modelo esta variável não foi adotada.

(1) Depois que o rendimento está associado ano de 2013, o efeito marginal é obtido através do seguinte cálculo: $100[\exp(0,0107+0,0001)-1]\% = 1,09\%$.

* Os coeficientes são estatisticamente diferentes de zero ao nível de significância de 1%.

** Os coeficientes são estatisticamente diferentes de zero ao nível de significância de 5%.

*** Os coeficientes não são estatisticamente diferentes de zero ao nível de significância de 5%.

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da PNAD (2002 a 2013).

(11) Sendo b o coeficiente, a diferença percentual para cada binária é $100[\exp(b)-1]\%$.

Importante notar que a desigualdade de rendimentos de trabalho está relacionada ou a diferenciais de salários por raça e gênero ou por diferenciais de salários entre setores de atividades e regiões. Portanto, o mercado de trabalho pode funcionar tanto como gerador como revelador de desigualdades de rendimento de trabalhadores.

Notou-se que os três modelos estimados captaram diferenças entre gêneros, pois entre os ocupados nos serviços domésticos, mesmo que seja predominantemente constituído por mulheres (em média 90%), a renda esperada para as pessoas do sexo masculino é quase 30% maior do que os ganhos auferidos pelas mulheres, depois de descontados os efeitos das demais variáveis. Isto revela a desigualdade por gênero, como também ocorre em outros setores econômicos (Ferraz et al., 2016).

A cor da pele também demonstrou estar associada ao nível de renda dos trabalhadores domésticos. Entre 2002 e 2013 as pessoas de cor preta ou parda tendem a ganhar por volta de 2% menos do que os brancos. Novamente, os dados confirmam a discriminação relatada por outros estudos (Kassouf, 1994), em relação à cor da pele.

A região ou o estado em que o indivíduo é ocupado também pode ser um importante determinante do nível de rendimento auferido, uma vez que, depois de considerados os efeitos de características como idade, escolaridade, cor da pele, tempo semanal de trabalho, posição na ocupação, sexo e situação do domicílio (rural ou urbano), uma pessoa que trabalha nos serviços domésticos no estado de São Paulo tende a ganhar mais de 72,69% a mais do que um residente na região Nordeste.

O primeiro modelo demonstrou que a cada ano adicional de estudo, acrescenta-se em média 2,56% sobre a renda. Isto comprova que a educação tem um efeito positivo sobre a renda. Contudo, observa-se que a educação para os trabalhadores domésticos tem um efeito mais modesto do que para outros setores econômicos como, por exemplo, na Indústria (Ferraz et al., 2016).

Entretanto, é necessário considerar que além do efeito sobre a renda, a educação possui outras importantes externalidades. Um acréscimo de anos de estudo pode proporcionar um deslocamento para outros tipos de ocupação, em que o trabalhador doméstico consiga maior renda.

O salário mínimo demonstrou correlação positiva com a renda média dos trabalhadores domésticos. Isto porque o Modelo 1 demonstrou que, em média, os aumentos no salário mínimo contribuíram para o aumento de 15,79% da renda dos trabalhadores domésticos. Contudo, o modelo também demonstrou correlação negativa entre o aumento do salário mínimo e a formalização do mercado de trabalho. Em outros termos, há indícios de que aumentos gradativos no salário mínimo podem gerar informalidade no mercado de trabalho dos serviços domésticos. Isto seria possível porque os empregadores não estariam dispostos a pagar maiores salários às domésticas com carteira de trabalho assinada.

O segundo modelo, demonstrou que a partir de 2006 a tendência da renda dos trabalhadores domésticos foi crescente. Conforme descrito tópico anterior, acredita-se que o crescimento da renda média tenha ocorrido pelo efeito balizador do salário mínimo sobre os demais salários na economia.

Finalmente, o terceiro modelo comprova que existe uma mudança na inclinação da curva da renda média dos trabalhadores domésticos ao longo do tempo. Verificou-se que entre 2003 e 2012, o crescimento médio da renda era de 1,0769% ao ano, enquanto que, para 2013 este retorno tenha sido de 1,0876.

Os anos posteriores a 2013 devem ser analisados em estudos futuros. Isto porque o país deixou de apresentar crescimento econômico, o que impacta a política de valorização do salário mínimo. Por outro lado, a inflação afeta a renda das famílias. A crise em voga na conjuntura brasileira pode pôr em risco as conquistas sociais e o aumento da renda das últimas décadas.

Considerações finais

O serviço doméstico remunerado é uma fonte de trabalho bastante relevante na economia brasileira, já que envolve cerca de 6,4 milhões de pessoas. Trata-se de um segmento em que historicamente é predominado pela mão de obra feminina, embora tenha havido um pequeno aumento na participação masculina na última década.

Sabe-se que essa ocupação é uma das poucas atividades econômicas existentes, exceto nos casos de trabalhadores agrícolas e na construção civil, que contrata trabalhadores com baixíssimo nível de escolaridade, ou até chega a empregar pessoas analfabetas. Por consequência disto, trata-se de um dos subsetores econômicos de pior remuneração da classe trabalhadora. Contudo, apesar disto, no período de 2002-2013 houve um crescimento expressivo no rendimento médio das pessoas ocupadas no segmento de serviços domésticos no país.

Com efeito, o estudo mostrou de forma empírica a trajetória do salário mínimo e da remuneração média dos ocupados no segmento de serviços domésticos no Brasil, destacando alguns dos possíveis efeitos da política de valorização desse piso mínimo sobre uma atividade que historicamente ocupa pessoas com baixo nível de escolaridade e qualificação.

Defende-se que a política nacional de valorização do salário mínimo deveria ser pensada numa perspectiva muito mais ampla, contemplando o conjunto de políticas públicas com ligações diretas e indiretas no padrão de vida dos trabalhadores de baixa renda. A elevação de renda dos segmentos mais pobres deveria envolver simultaneamente outras ações voltadas para o abastecimento alimentar, para o controle e diferenciação dos preços dos produtos industriais de consumo popular, para as condições de crédito e de financiamento à moradia, para a incidência de tributos e para a elevação da oferta de serviços públicos (saúde, educação, transporte, entre outros). Não se trata apenas de elevar o valor do salário mínimo, mas, sobretudo, de coordenar distintas áreas de políticas públicas que também constituem garantias de evolução real efetiva e progressiva da renda e da condição de vida dos trabalhadores brasileiros e de suas famílias.

É importante destacar que algumas modificações institucionais estão sendo implementadas neste segmento de atividade, sendo que nos próximos anos é possível que a Emenda Constitucional nº 72/13, do artigo 7º da CF/88 do dia 2 de abril de 2013, que ficou popularmente conhecida como a PEC das Domésticas promova, nos próximos anos, a equiparação dos direitos trabalhistas entre os empregados domésticos e os demais trabalhadores rurais e urbanos. Ela deverá afastar resíduos herdados da época escravocrata, que ainda persistiam nas relações de trabalho e reflete a modernização dos direitos dos domésticos visando à sua segurança jurídica e social. Por se tratar de uma mudança legal muito recente, novos estudos precisam ser feitos para avaliar os efeitos da mesma nesse importante segmento de atividade da economia brasileira.

Referências bibliográficas

- BERNARDINO-COSTA, J. *Sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil: teorias da descolonização e saberes subalternos*. 2007. 287 f. Tese (Doutorado–Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: <http://repositorio.unb.br>. Acesso em: 10 maio 2014.
- CORSEUIL, C. H.; FOGUEL, M. N. *Uma sugestão de deflatores para rendas obtidas a partir de algumas pesquisas domiciliares do IBGE*. Rio de Janeiro: Ipea, jul. 2002. 13 p. (Texto para Discussão, n. 897).
- DEDECCA, C. S. Notas sobre a evolução do mercado de trabalho no Brasil. *Revista de Economia Política*, v. 25, n. 1, p. 94-111, jan./mar. 2005.
- DEDECCA, C., JUNGBLUTH, A.; TROVÃO, C. J. B. M. A baixa renda nos mercados de trabalho metropolitanos de Salvador e São Paulo. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16, 2008, Caxambú. *Anais...* Caxambú: ABEP, 2008.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – DIEESE. *Para pensar o salário mínimo*. São Paulo: DIEESE, dez. 2004. (Estudos e Pesquisas, n. 5).
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – DIEESE. *Valorização do salário mínimo: um imperativo da ética econômica e social*. São Paulo: DIEESE, abr. 2006. (Nota Técnica). Disponível em: <http://www.dieese.org.br>. Acesso em 10 ago. 2014.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – DIEESE. *Política de valorização do salário mínimo: o salário mínimo de 2013 será de R\$ 678,00*. São Paulo: DIEESE, dez. 2012. (Nota Técnica, n. 118). Disponível em: <http://www.dieese.org.br>. Acesso em 10 ago. 2014.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – DIEESE. *O emprego doméstico no Brasil*. São Paulo: DIEESE, ago. 2013. (Estudos e Pesquisas, n. 68). Disponível em: <http://www.dieese.org.br/estudosetorial/2013/estPesq68empregoDomestico.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2014.
- FERRAZ, D.; OLIVEIRA, F. C. R. de; ASSUMPÇÃO, M. R. P. Educação e Renda dos trabalhadores da indústria brasileira sobre a ótica da visão baseada em recursos. *Revista Espacios (Caracas)*, v. 37, n. 9, 2016.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: microdados*. Rio de Janeiro, 2002-2009, 2010-2013. 11 CD-ROM.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013*. Rio de Janeiro, 2013.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. *IPEADATA*. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata>. Acesso em: 10 ago. 2013.
- IZEPÃO, R. L.; MESQUITA, E. D. de C. Política salarial no Brasil: controvérsias entre Celso Furtado e Roberto Campos (1963–1973). *A Economia em Revista*, v. 18, n. 2, dez. 2010.

JUNGBLUTH, A. *A importância do salário mínimo para a valorização do rendimento do trabalho e para a distribuição de renda*. 2010. 112 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico)–Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

JUNGBLUTH, A.; SOUEN, J. A. A importância da política de valorização do salário mínimo para a Região Nordeste. *Leituras de Economia Política*, v. 16, p. 23-55, jun. 2010.

KASSOUF, A. L. The wage rate estimation using the Heckman procedure. *Revista de Econometria*, Rio de Janeiro, p. 89-107, 1994.

MEIRELLES, D. S. Serviços: características e organizações de mercado. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 10., Campinas. *Anais...* Campinas: SEP, 2005. 22p.

MELLO, P. R. de; CORRÊA, A. M. C. J. Salário Mínimo: evolução histórica, desigualdade e pobreza no Brasil. *Revista Impulso*, n. 30, 2001.

MELO, H. P. *O serviço doméstico remunerado no Brasil: de criadas a trabalhadoras*. Rio de Janeiro, RJ: Ipea, 1998a. p. 1-29. (Texto para Discussão). Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br>. Acesso em: 6 abr. 2014.

MELO, H. P. Globalização, políticas neoliberais e relações de gênero no Brasil. In: BORBA, Angela; FARIA, Nalu; GODINHO, Tatau (Org.). *Mulher e política*. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998b, v. 1, p. 55-70. Disponível em: <http://www2.fpa.org.br/uploads/hildete.pdf>. Acesso em: 3 abr. 2014.

MINCER, J. *Schooling, experience and earnings*. National Bureau of Economic Research, 1974.

MORAIS, L. P. Mercado de trabalho e os serviços pessoais e domiciliares no Brasil contemporâneo: modernização ou volta ao passado? *Planejamento e Políticas Públicas*, v. 2, p. 131-176, 2006.

OLIVEIRA, F. C. R. de; HOFFMANN, R. Determinantes dos salários dos empregados na lavoura de cana de açúcar e em outras atividades agropecuárias no Brasil. *Revista de Economia Agrícola*, São Paulo, v. 58, n. 2, p. 41-56, jul./dez. 2011.

POCHMANN, M. *Ciclos do valor do salário mínimo e seus efeitos redistributivos no Brasil*. Campinas: Cesit-IE/Unicamp, 2005.